

As origens da polícia

David Whitehouse

Na Inglaterra e EUA a polícia apareceu no intervalo de poucas décadas, aproximadamente entre 1825 e 1855.

A nova instituição não era uma resposta ao aumento da criminalidade, e não tinha uma intenção verdadeira de experimentar novos métodos de lidar com o crime. A forma mais comum com que as autoridades tiveram que resolver um crime, antes e depois do surgimento da polícia, continuou sendo a delação de uma pessoa por outra.

Além disso, o crime é um ato individual, e as elites dominantes que inventaram a polícia estavam tentando responder aos desafios colocados pela ação coletiva. Em suma, as autoridades criaram a polícia para lidar com um grande e desafiador movimento de massas. Foi o caso

- das greves na Inglaterra
- dos tumultos no norte dos Estados Unidos
- e da ameaça de insurreição de escravos no sul do mesmo país.

Por isso, a polícia é uma resposta para as massas, e não para o crime.

Vou me concentrar em estabelecer quem eram essas massas e como elas se tornaram uma ameaça, um desafio. Veremos que uma das dificuldades enfrentadas pelos governantes, além do desenvolvimento da polarização social nas cidades, foi a demolição dos velhos métodos de supervisão pessoal da população trabalhadora. Nestas décadas, o Estado entrou em cena para emendar esta fratura social.

Veremos como, no Norte, a invenção da polícia era apenas uma parte do esforço estatal para controlar e moldar a força de trabalho em uma base diária. Os governos também expandiram seus sistemas de assistência social para regular o mercado de trabalho, e desenvolveram o sistema de educação pública para controlar a mentalidade dos trabalhadores. Vou relacionar estes pontos ao trabalho da polícia mais tarde, mas vou focar principalmente em como a polícia foi desenvolvida em Londres, Nova York, Charleston (Carolina do Sul) e Filadélfia.



Para se ter uma ideia do que há de especial na polícia moderna, nos ajudará falar sobre a situação quando o capitalismo estava apenas começando. Especificamente, vamos ver como eram as cidades comerciais do período medieval, em torno de mil anos atrás.

A classe dominante desse tempo não residia nas cidades. Os senhores feudais estavam assentados na zona rural. Eles não dispunham de uma polícia. Eles poderiam reunir forças armadas para aterrorizar os servos – que eram semi-escravos – ou poderiam fazer a guerra contra outros nobres. Mas essas forças não eram profissionais e nem em tempo integral.

A população das cidades era em sua maioria servos que tinham comprado sua liberdade, ou simplesmente fugido de seus mestres. Eles eram conhecidos como burgueses, o que significa residente das cidades (burgos). Foram pioneiros na implementação de relações econômicas que mais tarde ficaram conhecidas como capitalismo.

Para o propósito da nossa discussão, digamos que um capitalista é alguém que usa o dinheiro para ganhar mais dinheiro. No começo, os capitalistas dominantes eram comerciantes. Um comerciante usa o dinheiro para comprar mercadorias a fim de vendê-los por mais dinheiro. Há também os capitalistas que lidam apenas com dinheiro – banqueiros – que emprestam certa soma com o objetivo de obter de volta um montante maior.

Eles também podem ser artesãos, que comprem materiais e fazem alguma coisa, por exemplo sapatos, para serem vendidos por mais dinheiro. No sistema de guildas, um mestre artesão supervisionava e trabalhava com os trabalhadores e aprendizes. Os mestres se aproveitavam de seu trabalho, então havia exploração, mas os trabalhadores e aprendizes tinham esperanças razoáveis de que eles também se tornariam mestres. Portanto, as relações de classe nas cidades foram bastante

fluídas, especialmente em comparação com as relações entre nobres e servos. Além disso, as guildas operavam de maneiras que limitavam a exploração, de modo que eram os comerciantes quem realmente acumulava capital no período.

Na França, durante os séculos XI e XII, essas cidades eram conhecidas como comunas. Eram incorporadas ao status de comuna sob certas condições, às vezes com a permissão de um senhor feudal, mas geralmente eram vistas como entidades autogovernadas ou, inclusive, como cidades-estado.

Mas elas não tinham policiais. Dispunham de seus próprios tribunais, e um pequeno exército formado pelos próprios moradores. Estas forças não se encarregavam de acusar a ninguém. Se se roubava ou se sofria um ataque, ou se era enganado em um negócio, então o cidadão, como vítima, levantava as acusações.

Um exemplo dessa justiça faça-você-mesmo, um método que durou séculos, era conhecido como a gritaria. Se você estivesse em um mercado e via alguém roubando, a testemunha deveria gritar “Ladrão, ladrão!” e perseguir o acusado. O costume era que as pessoas que vissem isso se somariam à gritaria e também correriam atrás do ladrão.



As cidades não tinham polícia, porque havia um alto grau de igualdade social, que dava às pessoas um sentimento de responsabilidade mútua. Ao longo dos anos, o conflito de classes se intensificou nas cidades, mas ainda assim permaneceram unidas, graças ao antagonismo comum contra o poder dos nobres, e continuaram com seus laços de responsabilidade mútua.

Durante séculos, os franceses mantiveram e idealizaram recordações dessas primeiras cidades comunas, comunidades autogovernadas de igual para igual. Portanto, não é surpreendente que em 1871, quando os trabalhadores tomaram Paris, a batizaram como Comuna. Mas demos um salto histórico grande demais para o tema que nos ocupa.

O capitalismo foi experimentando importantes mudanças à medida que estava crescendo no ventre da sociedade feudal. Primeiro, o tamanho da propriedade do capital cresceu. Lembremos que esta é a questão: converter pequenas pilhas de dinheiro em lotes maiores. O volume de capitais começou a crescer astronomicamente durante a conquista do continente americano, conforme o ouro e a prata eram saqueados do Novo Mundo e os africanos eram sequestrados para trabalhar nas

plantações.

Cada vez mais e mais coisas eram produzidas para a venda nos mercados. Os perdedores na competição do mercado começaram a perder sua independência como produtores e tiveram que ser empregadas como trabalhadores assalariados. Mas em lugares como a Inglaterra, a força que impulsionava as pessoas a procurar trabalho assalariado era o Estado, que estava expulsando os camponeses da terra.

As cidades iam crescendo à medida que esse camponeses chegavam do campo como refugiados, enquanto a desigualdade nelas aumentava. A burguesia capitalista tornou-se uma camada social ainda mais distinta dos trabalhadores do que costumava ser. O mercado causava um efeito corrosivo sobre a solidariedade das guildas, algo que trataremos com mais detalhe quando falarmos de Nova York. As oficinas eram maiores do que nunca, e um patrão inglês podia ter sob seu comando dezenas de trabalhadores. Agora estamos falando de um período em torno de meados do século XVIII, o período imediatamente anterior ao início da autêntica industrialização.

Ainda não havia polícia, mas as classes ricas empregavam cada vez mais violência para reprimir a população pobre. Às vezes se ordenava ao exército que disparasse contra as massas rebeldes, e por vezes os juízes locais prendiam os líderes e os enforcavam. A luta de classes começou a se intensificar, mas as coisas começam realmente a mudar com o impulso da Revolução Industrial na Inglaterra.

Enquanto isso, a França estava passando por sua própria revolução política e social, que começou em 1789. A resposta da classe dominante britânica foi de pânico dos trabalhadores britânicos seguirem o caminho francês. Sindicatos e encontros de mais de 50 pessoas foram tornados ilegais.

No entanto, os trabalhadores ingleses participaram de manifestações e greves cada vez mais extensas entre 1792 e 1820. A resposta da classe dominante foi o envio do exército. Mas o exército só pode fazer duas coisas, e nenhuma é boa. Eles podem se recusar a atirar, e as massas continuam a fazer o que estavam fazendo. Ou eles podem disparar contra a multidão e produzir mártires trabalhadores.



É exatamente o que aconteceu em Manchester em 1819. Os soldados foram enviados contra uma multidão de 80.000, ferindo centenas e matando

onze. Em vez de submeter as massas, esses eventos, conhecidos como o Massacre de Peterloo, provocou uma onda de greves e protestos.

Até mesmo a tática clássica de enforcar os líderes do movimento começou a sair pela culatra. Uma execução poderia exercer um efeito negativo sobre uma centena de pessoas, mas agora os reunidos para apoiar ao condenado eram cinquenta mil, e as execuções encorajava-os a lutar. O crescimento das cidades britânicas, e o crescimento dentro delas da polarização social (ou seja, duas mudanças quantitativas), começaram a produzir explosões de luta qualitativamente diferentes.

A classe dominante necessitava de novas instituições para controlar isso. Uma delas foi a polícia de Londres, fundada em 1829, apenas dez anos depois de Peterloo. A nova força policial foi projetada especificamente para aplicar violência não letal contra as massas, para quebrá-las e deliberadamente evitar que surgissem mártires. No entanto, qualquer força organizada para implantar violência rotineiramente acabará alguma vez matando. Mas para cada assassinato policial há centenas ou milhares de atos de violência policial que não são letais, calculados e calibrados para produzir intimidação e evitar uma resposta coletiva furiosa.

Quando a polícia de Londres não estava concentrada em esquadrões para controlar a multidão, se espalhava pela cidade para controlar a vida cotidiana dos pobres e da classe trabalhadora. Aqui se reúnem já as funções da polícia moderna: a forma dispersa de vigilância e intimidação, chamada luta contra o crime, e a forma concentrada de atividade contra greves, tumultos e grandes manifestações de massa.

Esse último ponto é o motivo para o qual foi criada, para lidar com as massas, mas o que vemos na maior parte do tempo é a presença da guarda. Antes de falarmos sobre a evolução da polícia em Nova York quero explorar as conexões entre essas duas formas de trabalho policial.

Vou começar com o tema geral da luta de classes em torno da utilização do espaço público. É uma questão muito relevante para os trabalhadores e os pobres. Os espaços abertos são importantes para os trabalhadores:

- para trabalhar
- para diversão e entretenimento
- para viver, se você não tem uma casa
- ... e para a política



Em primeiro lugar, o trabalho. Enquanto prósperos comerciantes podem controlar espaços fechados, aqueles sem meios são vendedores ambulantes. Os comerciantes assentados os viam como concorrentes e chamavam a polícia para expulsá-los.

Os vendedores de rua também são ótimos fornecedores de mercadorias roubadas, pela sua mobilidade e anonimato. Não foram apenas os batedores de carteira e ladrões que fizeram uso dos vendedores de rua desta maneira. Os servos e os escravos da classe média também roubavam seus mestres e passavam os bens para os vendedores locais. (Aliás, em Nova York havia escravidão até 1827). O roubo da riqueza das confortáveis casas da cidade é outra razão pela qual a burguesia exigia a ação contra vendedores ambulantes.

A rua também era o lugar onde os trabalhadores passavam seu tempo livre, porque suas casas não eram confortáveis. Era o lugar onde se desenvolvia a amizade e se podia encontrar diversão gratuita e, dependendo da época e do lugar, podia fazer contato com a dissidência política ou religiosa. O historiador marxista E. P. Thompson resumiu tudo isso quando escreveu que a polícia do século XIX era:

“[...] Imparcial, tentando retirar das ruas com equanimidade os traficantes de rua, mendigos, prostitutas, artistas de rua, piquetes, crianças que jogavam futebol e oradores socialistas. O pretexto era muitas vezes uma denúncia de interrupção do comércio recebida de um comerciante”.

Em ambos os lados do Atlântico, a maioria das detenções estava relacionada a delitos sem vítimas, ou crimes contra a ordem pública. Outro historiador marxista, Sidney Haring destaca: “A definição criminológica de ‘delitos de ordem pública’ é perigosamente próxima da descrição dada pelo historiador das ‘atividades da classe trabalhadora em seu tempo livre’”.

A vida ao ar livre era (e é) especialmente importante para a política da classe trabalhadora. Os políticos do sistema e os empresários podem se reunir em locais e tomar decisões que têm grandes consequências porque estão no comando de burocracias e forças de trabalho. Mas quando os trabalhadores se reúnem e tomam decisões sobre como mudar as coisas, normalmente não têm muito impacto a menos que possam reunir seguidores na rua, seja para uma greve ou uma manifestação. A rua é o campo de provas para boa parte da política dos trabalhadores, e a classe

dominante sabe disso muito bem. Por isso eles colocam a polícia na rua como um contrapeso quando a classe trabalhadora mostra sua força.

Podemos ver agora a relação entre as duas principais formas de atividade policial, as patrulhas de rotina e o controle de multidões. A patrulha de rua acostuma a polícia a usar a violência e a ameaça de violência. Isto os prepara para a repressão em grande escala, que é necessária quando os trabalhadores e os oprimidos se levantam em grupos maiores. Não é apenas uma questão de pegar prática com armas e táticas. O trabalho da patrulha de rua é crucial para criar um estado de espírito na polícia que a faça assimilar que sua violência é para um bem maior.

O trabalho de rua também permite aos oficiais descobrir quais policiais ficam mais confortáveis em causar danos, atribuindo a estes as linhas de frente quando há enfrentamentos. Ao mesmo tempo, o “bom policial” com o qual nos cruzamos desempenha um papel fundamental de “relações públicas” para encobrir o trabalho brutal que tem de ser feito pelos “maus policiais”. O trabalho de rua também é útil em períodos de agitação política, porque a polícia já esteve nos bairros tentando identificar os líderes e os radicais.

*

Vamos voltar agora na narrativa histórica para falar de Nova York.

Começarei com um par de perguntas sobre as tradições das massas antes da revolução. Durante o período colonial, podiam ocorrer, por vezes, tumultos, mas muitas vezes se formalizavam de modo que a elite colonial poderia aprovar ou pelo menos tolerar. Havia algumas festas que caíam na categoria de “distúrbios”, onde as relações sociais se invertiam e os estratos baixos podiam fazer como se estivessem acima. Para as classes subordinadas era uma maneira de liberar a pressão, satirizando seus amos, mas ao mesmo tempo reconhecendo o direito da elite de comandar em todos os outros dias do ano. Esta tradição de desordem simbólica era especialmente perceptível em torno do Natal e nas vésperas do Ano Novo. Mesmo os escravos eram autorizados a participar.

Havia também a comemoração do Dia do Papa, durante o qual os membros da maioria protestante desfilavam com efígies, incluindo uma de Papa, queimando todas elas ao final. Era uma pequena provocação sectária, sempre em um bom ambiente, aprovada pelos patrícios da cidade. O Dia do Papa nunca acabou em violência contra os católicos, porque eram apenas algumas centenas em Nova York, e não havia nenhuma igreja católica antes da revolução.



Essas tradições eram muito barulhentos e até mesmo tumultuosas, mas tendiam a reforçar a ligação entre as classes mais baixas e a elite, e não a quebrar esse vínculo.

Esses estratos baixos também estão ligados à elite pela supervisão pessoal constante. Isso afetava aos escravos e aos servos domésticos, é claro, mas os aprendizes e artesãos assalariados também moravam na própria casa do mestre. Por conseguinte, os grupos de subordinados não andavam pela rua a qualquer hora. Na verdade, houve por um tempo um decreto colonial que dizia que os trabalhadores só podiam estar nas ruas para ir e voltar do trabalho.

Esta situação colocava os marinheiros e diaristas como elementos mais conflitivos, sem vigilância. Mas os marinheiros passavam a maior parte do tempo perto do porto e os diaristas, ou seja, os trabalhadores assalariados, ainda não constituíam um grupo muito numeroso.

Nestas circunstâncias, em que a maioria das pessoas já estava vigiada durante o dia, não era necessária uma força policial regular. Houve uma vigilância noturna, a fim de combater o vandalismo, prendendo qualquer pessoa negra que não pudesse provar que não era um escravo. Esta vigilância não era profissional. Todos tinham o seu trabalho durante o dia, girando neste trabalho temporariamente, por isso não patrulhavam de forma regular, e todo mundo odiava essa tarefa. Os ricos pagavam substitutos e se livravam da tarefa.

Durante o dia exerciam-na um pequeno número de policiais, mas não patrulhavam. Eram oficiais de justiça que executavam ordens judiciais, tais como intimações e notificações de detenção. Eles não exerciam trabalho de detetive. No século XVIII e no século XIX o sistema foi baseado em informantes civis para os quais se prometia uma parte da multa que o infrator tivesse que pagar.

*



O período revolucionário mudou muitas coisas com respeito ao papel das massas e a relação entre as classes. Na década de 1760, juntamente com a agitação contra a Lei do Selo, a elite de comerciantes e proprietários apoiou novas formas de mobilização popular. Ocorreram novas manifestações e motins poderosos que usaram as tradições, de forma evidente no uso de efígies. Em vez de queimar o Papa, se queimava o governador ou o Rei George.

Não tenho tempo para entrar em detalhes sobre o que eles fizeram, mas é importante ressaltar a composição classista dessas massas. Podiam estar presentes membros da elite, mas seu corpo principal era composto por trabalhadores qualificados, conhecidos coletivamente como mecânicos. O que significa que um mestre poderia estar na manifestação juntamente com seus assalariados e aprendizes. As pessoas de maior nível social tendiam a contemplar o mestre artesão como o tenente capaz de mobilizar o resto dos mecânicos.

À medida que o conflito com a Inglaterra se intensificava, os mecânicos se radicalizavam e se organizavam de forma independente da elite colonial. Houve atrito entre a mecânica e a elite, mas nunca se chegou a uma ruptura completa.

E, naturalmente, quando os britânicos foram derrotados e as elites estabeleceram seu próprio governo, já haviam ocorrido muitas agitações de rua. Continuaram se dando rebeliões e distúrbios nos recém-independentes Estados Unidos, mas foram tomando novas formas, em parte porque o desenvolvimento econômico estava quebrando a própria unidade dos mecânicos.

*

Voltaremos agora àqueles desenvolvimentos que se seguiram à revolução, alterações que produziram uma nova classe trabalhadora, saída de um amontoado de elementos sociais conflitantes.

Começaremos com os trabalhadores qualificados. Mesmo antes da revolução, a divisão entre mestres e assalariados tinham se agudizado. Para entender isso, temos de olhar mais de perto a persistente influência do sistema de guildas (corporações); formalmente as corporações não existiam nos Estados Unidos, mas algumas das suas tradições seguiam vivas entre esses trabalhadores.



As velhas guildas eram essencialmente cartéis, sindicatos de trabalhadores que tinham o monopólio em um ofício particular que lhes permitia dirigir o mercado. Eles podiam estabelecer preços obrigatórios para os seus bens e até mesmo decidir com antecedência o tamanho do mercado.

O mercado dirigido permitia certa estabilidade de relações entre os trabalhadores do mesmo ramo. Um mestre adquiria um aprendiz como um servente a prazo fixo, em troca da promessa a seus pais de ensinar-lhe um ofício e proporcionar-lhe alojamento e alimentação por sete anos. Os aprendizes se graduavam para ser oficiais assalariados, mas muitas vezes continuavam a trabalhar para o mesmo mestre, uma vez que não houvesse espaço para que eles pudessem se tornar mestres. Os assalariados recebiam seus salários correspondentes com contratos de longo prazo. Isto significava que recebiam o pagamento apesar das variações sazonais na carga de trabalho. Mesmo sem a estrutura formal das corporações, muitas de suas relações habituais seguiam funcionando ainda no período pré-revolucionário.

Entre 1750 e 1850, no entanto, esta estrutura corporativa nos ofícios entrou em colapso, devido ao fato de que a relação externa (o controle do mercado pelo artesão) também estava se quebrando. O comércio procedente de outras cidades ou de ultramar minava a capacidade do mestre de estabelecer preços, de tal modo que as oficinas tiveram que competir, de uma maneira que hoje nos é muito familiar.

A concorrência levou os mestres a se parecerem cada vez mais com os empresários, buscando inovações que economizassem trabalho e tratando a seus trabalhadores como assalariados à sua disposição. As empresas se tornaram maiores e mais impessoais, parecidas com as fábricas, com dezenas de funcionários.

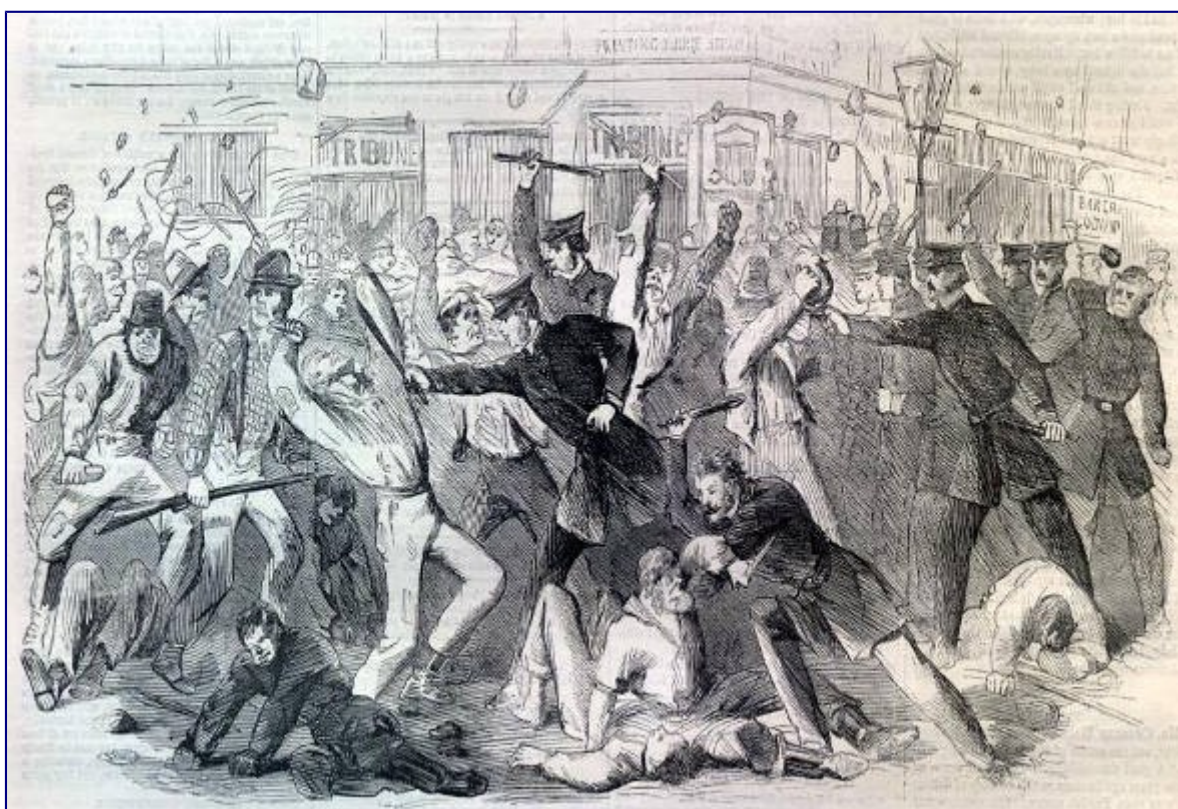
Nas primeiras décadas do século XIX os trabalhadores não só estavam perdendo seus contratos de

longo prazo, mas também seu alojamento nas instalações dos mestres. Os aprendizes tomaram isso como uma experiência libertadora, como jovens que escapavam da autoridade de seus pais e de seus mestres. Livres para ir e vir como quisessem, podiam se encontrar com mulheres jovens e criar a sua própria vida social com seus pares. As mulheres trabalhadoras estavam empregadas principalmente no serviço doméstico de vários tipos, a menos que fossem prostitutas.

A vida ao ar livre se transformava, à medida que estes jovens se misturavam com outras camadas da população, incluindo a classe operária crescente.

Esta mistura não era sempre pacífica. Imigração católica irlandesa começou a se expandir depois de 1800. Até 1829, havia cerca de 25.000 católicos na cidade, um em cada oito pessoas. Os irlandeses estavam segregados por bairros, muitas vezes vivendo junto dos negros, que eram agora 5% da população. Em 1799 os protestantes queimaram uma imagem de St. Patrick, e os irlandeses responderam. Estas batalhas se repetiram nos anos seguintes, e estava claro para os irlandeses que os guardas e vigias eram contra eles.

Assim, antes mesmo da existência de forças policiais modernas, os legisladores estavam levando a cabo uma discriminação racial. As elites cidadãos notaram a falta de respeito dos irlandeses para com os guardas, a sua franca combatividade, e responderam aumentando o número de guardas e orientando melhor suas patrulhas. Isto foi acompanhado por um aumento da atenção da polícia para com os africanos, que viviam nas mesmas zonas e muitas vezes tiveram a mesma atitude em face das autoridades.



Mas na base das divisões raciais e sectárias estava a concorrência econômica, já que os trabalhadores irlandeses eram geralmente menos qualificados e ganhavam salários mais baixos do que os trabalhadores técnicos. Ao mesmo tempo, os mestres estavam tentando desqualificar os

trabalhos nas oficinas. Desse modo, os aprendizes anglo-americanos passaram a formar parte de um verdadeiro mercado de trabalho depois de perder seus contratos de longo prazo. Quando isso aconteceu, eles descobriram que estavam apenas uma etapa acima dos imigrantes irlandeses na escala salarial. Os trabalhadores negros, que estavam envolvidos no serviço doméstico ou trabalhavam como operários, por sua vez, estavam um ou dois níveis abaixo dos irlandeses.

Ao mesmo tempo, a velha fração não qualificada de assalariados, que trabalhava nas docas e na construção, crescia com o aumento do comércio e da construção após a Revolução.

Em resumo, a população foi aumentando rapidamente. Nova York tinha 60.000 habitantes em 1800, em 1820 havia dobrado de tamanho. Em 1830, Nova York tinha mais de 200.000 habitantes, e 312.000 em 1840.

Um resumo aproximado da nova classe operária em Nova York.

Nessas décadas, todos os setores da classe se lançaram à ação coletiva por conta própria. É uma história muito complicada, devido ao número de ações e à fragmentação da classe. Mas podemos começar generalizando, e dizer que a forma mais comum de luta era também a mais elementar: os motins.

Mais especificamente, de 1801 a 1832, nova-iorquinos negros revoltaram-se quatro vezes, para evitar que ex-escravos fossem devolvidos aos seus senhores de fora da cidade. Estes esforços falharam em geral, pela resposta violenta dos guardas, e os participantes receberam sentenças excepcionalmente severas. Os abolicionistas brancos participaram na condenação destes motins. Estes ilustram a atividade popular que existia apesar da desaprovação da elite, para não mencionar as disparidades raciais na aplicação da lei.



Também houve provocações por parte de brancos para com igrejas negras e teatros, às vezes atingindo o nível de distúrbios. Os imigrantes pobres participaram, mas às vezes também participaram os brancos ricos e os próprios agentes policiais. Motins contra os negros duraram três dias em 1826, danificando as casas e igrejas destes, juntamente com as casas e igrejas dos pastores abolicionistas brancos.

Mas não havia apenas conflitos entre os trabalhadores negros e brancos. Em 1802, marinheiros negros e brancos entraram em greve por melhores salários. Como na maioria das greves da época, o

método era algo que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “negociação coletiva mediante motins”. Neste caso, os grevistas boicotaram os navios que contratavam com salários mais baixos. Os trabalhadores portuários também se uniram passando por cima das linhas raciais ou sectárias nas greves militantes de 1825 e 1828.

As ações sindicais realizadas por trabalhadores qualificados geralmente não precisavam recorrer a qualquer coerção física, já que possuíam o monopólio de habilidades importantes. No entanto, eles se tornaram mais militantes nestes anos. As greves nos ramos mais técnicos se deram em três ondas, começando em 1809, em 1822 e em 1829. Cada onda era mais militante e coercitiva do que a última, ao enfrentar companheiros que quebrassem a solidariedade. Em 1829 se iniciou um movimento que visava limitar a jornada de trabalho para 10 horas, criando o Partido Trabalhista (Workingsman’s Party). O partido afundou no mesmo ano, mas levou à fundação do Sindicato Geral em 1833.

Enquanto os trabalhadores foram se tornando mais conscientes de si mesmos como uma classe, começaram a se tornar mais comuns os distúrbios, quando a multidão se reunia nas tabernas, nos teatros ou na rua. Tais distúrbios até podiam não ter objetivos econômicos ou políticos claros, mas eram exemplos de auto-afirmação coletiva da classe trabalhadora, ou por frações étnicas ou raciais desta classe. Nas primeiras décadas do século, se deram perturbações desse tipo cerca de quatro vezes por ano, mas no período de 1825-1830, os nova-iorquinos foram às ruas uma vez por mês.

Uma dessas revoltas alarmou de maneira especial a elite. Ficaram conhecidas como os motins de Natal de 1828, mas de fato ocorreram no dia de Ano Novo. Uma multidão barulhenta de 4.000 jovens trabalhadores angloamericanos levou seus tambores e flautas e tomou a direção da Broadway, onde viviam os ricos. Pelo caminho, eles danificaram uma igreja africana e bateram nos membros da igreja. Os guardas prenderam muitos, mas a multidão os resgatou, colocando os guardas para correr.

A massa foi aumentando e se dirigiu para o distrito comercial, onde danificaram as lojas. Em Battery quebraram as janelas das casas de algumas das pessoas mais ricas da cidade. E tomaram o caminho da Broadway, sabendo que os ricos estavam celebrando sua própria festa no City Hotel. Ali, a massa bloqueou a saída dos carros.

Um grande contingente de guardas apareceu, mas os líderes da multidão chamaram uma trégua de cinco minutos. Isto permitiu que os vigilantes refletissem sobre a luta em que estavam se metendo. Quando os cinco minutos se passaram, os guardas estavam de lado, e a massa ensurdecadora continuou sua marcha em direção à Broadway.

O espetáculo de uma classe trabalhadora desafiante se mostrou em sua plenitude perante as famílias que dirigiam Nova York. Os Jornais imediatamente começaram a exigir aumento na vigilância, de modo que os Motins de Natal aceleraram o estabelecimento de reformas que levaram finalmente à criação do Departamento de Polícia da Cidade de Nova York, em 1845.



As reformas de 1845 aumentaram as forças policiais, as profissionalizaram e as centralizaram, com uma cadeia de comando militar. A vigilância foi expandida para 24 horas, e os policiais ficaram proibidos de ter um segundo emprego. Sua remuneração foi aumentada e deixaram de receber uma parcela das multas cobradas.

Isso significava que a polícia já não iria sair em patrulha à procura de maneiras de ganhar a vida, um procedimento que poderia levar a uma estranha seleção de objetivos. Remover o sistema de comissão deu aos comandantes uma maior liberdade para estabelecer prioridades, e isso permitiu que o departamento atendesse de modo mais eficaz às crescentes necessidades da elite econômica.

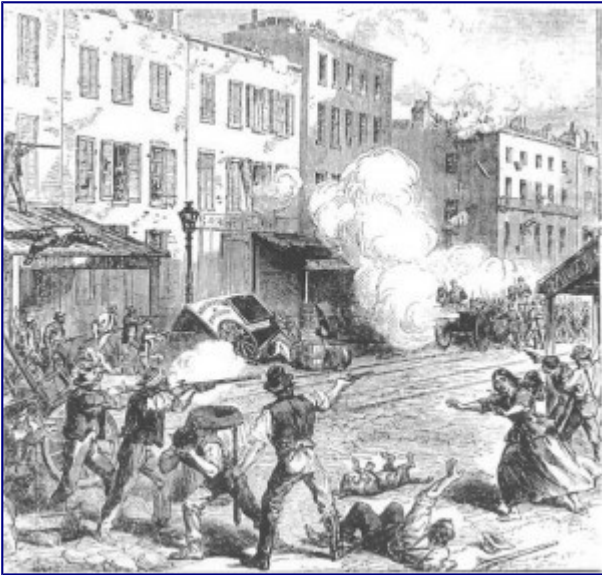
Isto é como se criou a Polícia de Nova York.

*

A história da polícia no sul do país, como você pode imaginar, é um pouco diferente.

Uma das primeiras polícias de tipo moderno surgiu em Charleston, Carolina do Sul, anos antes de que em Nova York se fizera totalmente profissional. Os precursores da força policial de Charleston não foram os grupos de vigilantes, mas as patrulhas de escravos que operavam no campo. Como um historiador disse, “[antes da Guerra Civil] por todos os Estados [do Sul], patrulhas móveis de policiais armados percorriam o campo dia e noite, intimidando, aterrorizando e esmagando os escravos, sujeitando-os e humilhando-os.”

Eram geralmente forças de voluntários brancos que portavam suas próprias armas. Ao longo do tempo, o sistema foi adaptado para a vida urbana. A população de Charleston não aumentou como Nova York. Em 1820, ainda havia menos de 25.000 habitantes, mas a metade deles eram negros.



A única maneira de que no Sul se pudesse desenvolver algum tipo de industrialização passava por permitir aos escravos trabalhar como assalariados nas cidades. Alguns escravos eram de propriedade dos donos das fábricas, especialmente na cidade industrial do Sul, Richmond. A maioria dos escravos urbanos, no entanto, eram de propriedade de cidadãos burgueses, que os utilizavam para serviços pessoais e lhes “alugavam” aos empregadores em troca de salário.

No começo, os amos encontravam os trabalhos para seus escravos e tomavam para si todo o salário. Mas rapidamente eles descobriram que era mais conveniente permitir que os escravos encontrassem o seu próprio trabalho, recebendo do escravo uma prestação pelo tempo empregado fora.

Esta nova situação alterou profundamente a relação entre os escravos e seus senhores, para não falar a relação entre os próprios escravos. Por longos períodos de tempo, os escravos se livravam da supervisão direta de seus proprietários, podendo dispor de dinheiro para si mesmos, se conseguissem receber mais do que as taxas pagas aos seus proprietários. Muitos afro-americanos eram capazes inclusive de viver fora das dependências dos seus amos. Eles podiam se casar e morar juntos de forma independente. Até as primeiras décadas do século XIX, Charleston tinha um bairro negro, majoritariamente habitado por escravos e alguns homens livres.

A população branca sulista, tanto na cidade e do campo, vivia em constante medo de insurreição. No campo, no entanto, os negros estavam sob uma vigilância contínua, e havia poucas oportunidades de desenvolver conexões sociais no âmbito do exaustivo regime de trabalho escravo. As condições muito mais livres das cidades implicavam que o Estado teria de participar nos trabalhos de repressão que os amos até então tinham feito por si mesmos.

A organização da Guarda e Vigilância de Charleston foi se desenvolvendo com o método de tentativa e erro até constituir uma força policial moderna para a década de 1820, levando a cabo um assédio diário de negros, e sempre pronta a responder com uma rápida mobilização para o controle das massas. Recebeu um forte impulso para a profissionalização em 1822, quando foram descobertos planos para uma insurreição coordenada de escravos. Eles esmagaram a insurreição e aumentaram sua força.

As forças do Sul estavam mais militarizadas que no Norte, mesmo antes de sua profissionalização.

A polícia montada foi uma exceção no norte, mas era comum no sul. E a polícia no sul carregava armas com baionetas.

A história concreta da polícia varia em todas as cidades norte-americanas, mas conforme enfrentaram problemas semelhantes de repressão dos trabalhadores urbanos e dos pobres, em todos os lugares tendia-se a dar as mesmas soluções institucionais. A experiência do sul também reforça a perspectiva que já vimos no norte do país: o racismo contra os negros esteve presente na polícia norte-americana desde seu primeiro dia.

*

Para terminar, vou dizer algumas coisas sobre a Filadélfia, mas primeiro vou jogar algumas características comuns em todos os lugares.

Em primeiro lugar, o trabalho policial deve ser situado no contexto de um grande projeto da classe dominante para controlar e moldar a classe trabalhadora. Eu disse anteriormente que o surgimento de revolta dos trabalhadores coincidiu com o rompimento dos antigos métodos de monitoramento pessoal constante da força de trabalho. O Estado, em seguida, começou a prestar tal vigilância. A polícia foi parte desse esforço, mas no norte o Estado também incrementou seus programas de redução da pobreza e educação pública.

O trabalho da polícia estava integrado no programa de assistência pública, tanto que os guardas trabalhavam no registro de pobres para seu ingresso nas fábricas. Mesmo antes da profissionalização da polícia, os guardas escolhiam os pobres. Se alguém estava desempregado e incapaz de trabalhar, era enviado para a caridade das igrejas ou da própria cidade. Mas se eram hábeis para o trabalho, eram vistos como “vagabundos” e eram enviados para os horrores das casas de trabalho (workhouses).

O sistema de assistência pública contribuiu de maneira crucial para a criação do mercado assalariado. A principal característica deste sistema era fazer com que o desemprego fosse tão desagradável e humilhante que as pessoas prefeririam aceitar trabalhos regulares com salários muito baixos, para evitá-lo. Punindo os mais pobres, o capitalismo criou um ponto de partida baixo para os salários, rebaixando o conjunto da escala global de salários.



A polícia já não irá desempenhar um papel direto na seleção de pessoas para a assistência, mas vai levar a cabo a punição. Como se sabe, parte considerável do trabalho do policial é tornar desagradável a vida dos desempregados na rua.

O surgimento da moderna função de policiamento coincide com a aparição da educação pública. As escolas públicas acostumam desde a infância à disciplina de trabalho capitalista; as crianças são separadas de suas famílias para executar uma série de tarefas com os outros, sob a direção de uma figura autoritária, de acordo com um programa gerido por um relógio. O movimento de reforma escolar das décadas de 1830 e 1840 também buscou formar o caráter moral dos alunos. Supunha-se que assim os estudantes seriam submetidos de bom grado à autoridade, sendo capazes de trabalhar duro, exercitar o autocontrole e adiar a gratificação.

Na verdade, os conceitos de “bom cidadão” que resultaram da reforma escolar se ajustavam perfeitamente aos conceitos de criminologia que estavam sendo inventados para classificar as pessoas na rua. A polícia iria se centrar não só sobre a criminalidade, mas também nos tipos de criminosos, um método de classificação apoiado por supostas credenciais científicas. O “delinquente juvenil”, por exemplo, é um conceito comum na escola e na polícia, e ajudou a ligar a prática das duas atividades.

Esta ideologia de boa cidadania se supunha que tivesse um grande efeito nas cabeças dos alunos, convidando-os a pensar que os problemas da sociedade são o resultado das ações dos “meninos maus”. Um objetivo chave na escolarização, segundo o reformador Horace Mann, deveria ser implantar algum tipo de consciência nos alunos, de maneira que eles mesmos disciplinassem o seu próprio comportamento, sendo seus próprios policiais. Nas palavras de Mann, o alvo para as crianças era “pensar no dever mais que na polícia.”

Seria desnecessário dizer que esse esquema analítico de dividir a sociedade entre bons e maus é perfeito para encontrar bodes expiatórios, especialmente de tipo racial. Esse esquema moral era (e é) também um inimigo direto de uma visão de mundo com consciência de classe, que identifica o antagonismo fundamental da sociedade no conflito que existe entre exploradores e explorados. A atividade policial vai desta maneira para muito além do que uma mera repressão; ensina uma “ideologia” de bons e maus cidadãos que se conecta com as lições de sala de aula e da oficina.

Podemos resumir dizendo que a invenção da polícia era parte de uma expansão da atividade estatal para ganhar controle sobre o comportamento cotidiano da classe trabalhadora. A escolarização, a assistência pública e o trabalho policial se dirigiam de forma conjunta a formar trabalhadores para ser úteis (e leais) à classe capitalista.

*

O próximo ponto é sobre algo que todos nós sabemos, e que é a seguinte: Uma coisa é a lei... e outra o que a polícia faz.

Primeiro, algumas palavras sobre a lei. Apesar do que possamos ter aprendido em sala de aula, a lei não é o marco no qual opera a sociedade. A lei é o resultado de como a sociedade funciona, mas não nos diz como as coisas realmente funcionam. A lei tampouco é o marco em que a sociedade deveria funcionar, embora alguns tenham essa esperança.

A lei é, na verdade, uma ferramenta nas mãos daqueles que têm o poder de usá-la, para alterar o curso dos acontecimentos. As corporações são capazes de usar essa ferramenta porque podem

contratar advogados caros. Políticos, promotores e policiais também podem usar a lei.

Agora alguns detalhes sobre a polícia e a lei. A lei tem muito mais recursos do que eles usam na prática, de modo que a sua observância é sempre seletiva. Isto significa que a polícia está sempre selecionando qual parte da população é a sua finalidade e escolhendo que tipo de comportamentos querem modificar. Isto também significa que a polícia tem continuamente a chance de se corromper. Se possuem a capacidade de decidir quem é acusado de um crime, eles também podem pedir uma recompensa para não acusar alguém.



Outra maneira de ver a brecha que existe entre a lei e que a polícia faz é examinar a ideia comum de que a punição começa com uma sentença depois de um julgamento. A questão é que qualquer um que tenha tido contato com a polícia irá dizer-lhe que a punição começa quando você coloca as mãos para cima. Eles podem nos parar e até mesmo nos colocar na prisão sem acusação. Este é um castigo e eles sabem disso. Para não mencionar o abuso físico que você pode sofrer ou os problemas que eles podem causar ainda que não nos detenham.

Assim, a polícia controla as pessoas todos os dias sem mandado judicial, e castigam as pessoas todos os dias sem uma sentença. Obviamente, algumas das funções sociais fundamentais da polícia não estão escritas na lei. Formam parte da cultura policial que aprendem uns com os outros, com o apoio e a direção de seus comandantes.

Isso nos remete à pergunta com que começamos. A lei trata de crimes, e são indivíduos que são acusados de crimes. Mas na verdade a polícia foi inventada para lidar com o que os trabalhadores e os pobres podem vir a se transformar em suas expressões coletivas: a polícia lida com multidões, bairros, selecionando partes da população – todas entidades coletivas.

Podem usar a lei para fazer isto ou aquilo, mas suas principais diretivas lhes chegam de seus comandantes ou os seus próprios instintos como policiais experientes. As diretrizes policiais muitas vezes têm um caráter coletivo, tais como a forma de assumir o controle de um bairro rebelde. Eles decidem o que fazer e depois escolhem quais leis usar.

Este é o significado das políticas de “tolerância zero” e de “janelas quebradas” – políticas que, no passado, poderiam ter sido denominadas perfeitamente políticas contra a “arrogância negra”. O objetivo é intimidar e exercer controle sobre uma massa de pessoas, agindo sobre alguns poucos. Essas táticas foram construídas sobre o trabalho da polícia desde o início. A lei é uma ferramenta para usar em indivíduos, mas o verdadeiro objetivo é controlar o comportamento das massas

maiores.

*

Vou usar meus últimos minutos para discutir algumas alternativas.

Uma delas é o sistema judicial existente nos Estados Unidos antes do aparecimento da polícia. Está bem documentado na Filadélfia, que é o local de que falaremos. A Filadélfia colonial desenvolveu um sistema chamado juizados menores, onde ocorria a maioria das acusações. O prefeito e vereador exerciam o papel de juízes, de magistrados. As pessoas pobres guardavam dinheiro para pagar uma taxa para o magistrado que atendia seu caso.

Então, como agora, a maioria dos crimes eram cometidos por pessoas pobres contra pessoas pobres. Nestes juizados, a vítima do assalto, roubo ou difamação atuava como procurador. Um agente intervia para trazer o acusado, mas não tinha nada a ver com um policial fazendo uma prisão. Toda a ação era dirigida pela vontade da vítima, e não de acordo com os objetivos do Estado. O acusado também podia exigir sua chance de falar.

Não havia advogados envolvidos nas partes, de modo que a única despesa era a taxa do magistrado. O sistema não era perfeito, porque o juiz podia ser corrompido, e a vida dos pobres não deixava de ser miserável por ganhar um caso. Mas o sistema era bastante popular e continuou em uso por algum tempo, mesmo enquanto o sistema da polícia moderna e os fiscais do Estado se desenvolvia em paralelo.

A ascensão da polícia, que veio acompanhado pelo aumento dos procuradores, implicava que o Estado deixasse sua marca na hierarquia judicial. No tribunal, a pessoa pode esperar ser tratado como inocente até que se prove o contrário. Antes de chegar ao julgamento, no entanto, se passa pelas mãos de policiais e dos fiscais que certamente não irão tratá-lo como se fosse inocente. Eles têm a oportunidade de te pressionar ou torturar para que confesse – ou nos dias de hoje uma confissão sob a forma de uma barganha – mesmo antes de chegar ao tribunal.



Injusto como era este sistema dominado por policiais e promotores, os juizados menores tinham demonstrado aos filadelfianos que havia uma alternativa mais próxima de uma resolução entre iguais.

Esta é a chave. Podemos fazer novamente viável uma alternativa se abolirmos as relações sociais de desigualdade para cuja defesa foi inventada a polícia. Quando os trabalhadores de Paris tomaram a cidade por dois meses em 1871, eles estabeleceram um governo sob o antigo nome de Comuna. Os princípios da igualdade social em Paris eliminaram a necessidade de repressão e permitiram aos comunardos o experimento da abolição da força policial como força estatal separada, à margem da cidadania. As pessoas elegiam seus próprios agentes de segurança pública, escolhidos pelos eleitores e submetidos a uma substituição imediata.

Nunca se tornou uma rotina estabelecida, porque a cidade foi sitiada desde o primeiro dia, mas os comunardos estavam no caminho certo. Para superar um regime de repressão policial, o trabalho essencial era defender os princípios da Comuna – ou seja, construir uma comunidade autogovernada de iguais. E isso ainda ilumina muito do que nós precisamos fazer.

Este é um texto editado de uma palestra dada pelo autor em Chicago no final de Junho de 2012, para a Conferência anual Socialista. Publicado em <http://libcom.org/history/origins-police-david-whitehouse>. Tradução de Pablo Polese.

BIBLIOGRAFIA

Tigar, Michael. Law and the Rise of Capitalism. New York: Monthly Review Press, 2000.

Thompson, E. P. The Making of the English Working Class. Vintage, 1966.

Farrell, Audrey. *Crime, Class and Corruption*. Bookmarks, 1995.

Williams, Kristian. *Our Enemies in Blue: Police and Power in America*. Revised Edition. South End Press, 2007.

Silberman, Charles E. *Criminal Violence, Criminal Justice*. First Edition. New York: Vintage, 1980.

Bacon, Selden Daskam. *The Early Development of American Municipal Police: A Study of the Evolution of Formal Controls in a Changing Society*. Two volumes. University Microfilms, 1939.

Gilje, Paul A. *The Road to Mobocracy: Popular Disorder in New York City, 1763-1834*. The University of North Carolina Press, 1987.

Steinberg, Allen. *The Transformation of Criminal Justice: Philadelphia, 1800-1880*. 1st edition. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1989.

Wade, Richard C. *Slavery in the Cities: The South 1820–1860*. Oxford University Press, 1964.

Bowles, Samuel, and Herbert Gintis. *Schooling In Capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*. Reprint. Haymarket Books, 2011.